



**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE  
FACULDADE DE PSICOLOGIA**

**PROJETO INTEGRADOR  
PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR**

**SÃO PAULO**

**2024**

Antônio Francisco Alves Silva - 3022106925  
Clara Alves de Magalhães Matias - 2223203118  
Daniela Milagres Santos Bastos - 2223103587  
Gabriela de Souza Sampaio - 2223101839  
Grazielle Vitória Oliveira Nascimento - 2223100983  
Iris Lima da Silva - 2223101274  
Isabela de Paula Jesus - 2223102110  
Jecyane Oliveira Silva - 2223102411  
Jéssica Souza Félix da Silva - 2220113004  
Ketelin dos Santos Souza - 2223107968  
Karolayne Soares de Souza Santos - 2223100289  
Letícia Cavalcanti dos Santos - 2223103150  
Lidiane Gomes da Silva Santos - 2223107432  
Rosangela Silva Santana - 2223106607  
Vitória Manuela Pereira Pinto - 2222204395

Turma: 44 / 520

**Unidade curricular de extensão (UCE):  
PREVENÇÃO E COMBATE AO BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Trabalho apresentado para obtenção de nota na unidade curricular de extensão (UCE): Prevenção e combate ao bullying no ambiente escolar e carreira em Psicologia, sob a orientação da Profa Ms Cláudia Goto.

**SÃO PAULO**

**2024**

## RESUMO

Este trabalho acadêmico aborda a interseção entre inclusão escolar e bullying, dois temas cruciais no contexto educacional contemporâneo.

A inclusão escolar visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, características ou condições, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente seguro e acolhedor, no entanto, o bullying representa uma ameaça significativa a esse ideal, pois cria barreiras para a participação plena e igualitária dos alunos, gerando impactos negativos em seu bem-estar emocional, social e acadêmico.

É essencial que as escolas adotem medidas eficazes para prevenir e combater o bullying, promovendo uma cultura de respeito, tolerância e aceitação da diversidade. Além disso, políticas e práticas inclusivas devem ser implementadas para garantir que todos os alunos se sintam valorizados e apoiados em seu processo de aprendizagem, contribuindo para um ambiente escolar mais justo, equitativo e enriquecedor.

**Palavras-chave:** Bullying; Inclusão; Escola

## **ABSTRACT**

This academic paper explores the intersection between inclusive schooling and bullying, two critical themes in contemporary educational contexts.

Inclusive schooling aims to ensure that all students, regardless of their abilities, characteristics, or conditions, have access to quality education in a safe and welcoming environment. However, bullying poses a significant threat to this ideal, creating barriers to students' full and equal participation and resulting in negative impacts on their emotional, social, and academic well-being. It is essential for schools to adopt effective measures to prevent and address bullying, promoting a culture of respect, tolerance, and acceptance of diversity. Additionally, inclusive policies and practices must be implemented to ensure that all students feel valued and supported in their learning process, contributing to a more just, equitable, and enriching school environment.

Keyword: Bullying; Inclusion; School

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>7</b>
<b>1 - OBJETIVO GERAL</b>	<b>15</b>
<b>2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>15</b>
<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>16</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>17</b>
<b>MÉTODO</b>	<b>30</b>
<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>33</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>37</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>40</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo Piaget o desenvolvimento humano se passa em quatro estágios, sendo um deles o estágio operatório concreto, que ocorre na faixa etária dos 7 aos 12 anos de idade, fase crucial no desenvolvimento cognitivo, permitindo que as crianças operem com mais lógica e compreendam melhor o mundo à sua volta.

Neste estágio a criança desenvolve um pensamento lógico, elas passam a perceber que o tamanho de um recipiente não altera o volume do líquido, por exemplo. Este estágio é relevante para entender o comportamento social das crianças, pois elas começam a entender que nem todo mundo compartilha o mesmo sentimento, pensamento ou crenças, essa compreensão pode influenciar a forma como as crianças interagem com seus colegas, incluindo a prevenção do Bullying por saber o que esses atos podem causar.

O bullying é uma realidade preocupante em nossa sociedade. É uma forma de agressão que ocorre em diversos ambientes, incluindo ambiente de trabalho, escolar e entre outros, o ambiente em que os casos de bullying mais se manifestam é na escola, o local onde as crianças passam a maior parte do seu dia, esse fato instaura uma grande preocupação em relação aos estudantes e seu desenvolvimento com relação a sua aprendizagem.

A escola que deveria ser um ambiente receptivo e que deveria promover socialização que possa permitir que os estudantes aprendam a conviver e aprender uns com os outros acaba se tornando um ambiente de violência, onde não há respeito. “Em todo o mundo, estudos indicam que o bullying afeta negativamente a saúde, a qualidade de vida, o desenvolvimento psicossocial e o processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes” (SILVA et al., 2018).

Através desta investigação saberemos mais sobre este tema, para efeitos anti-bullying e para podermos apresentá-lo da melhor forma, teremos a oportunidade de apresentá-lo nas escolas para aumentar a sensibilização das crianças, considerando o seu nível. Desta forma, as crianças terão a oportunidade de expressar os seus sentimentos sabendo que o respeito, a solidariedade e a discussão prevalecem e a violência não irá a lugar nenhum. O comportamento de bullying tem como objetivo criar um esforço para reduzir o bullying no ambiente escolar.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

1: aspectos gerais sobre a teoria de Piaget;

A epistemologia de Jean Piaget trouxe muitas contribuições para o ensino em vários campos do conhecimento de décadas passadas. Interacionismo, crítico e a abordagem progressista predominante influenciou o movimento construtivista ser capaz de analisar o potencial interpretativo dos processos de ensino e aprendizagem que vão além das ideias pessoais de bom senso.

Com base em nossa experiência no cotidiano, levantamos a seguinte hipótese: Compreender o suporte teórico de Piaget como referencial teórico para poder lidar apenas com situações que envolvam principalmente crianças e puberdade. As contribuições de Piaget afirma que conceitos e análises que envolvem principalmente ou são apropriados à educação infantil.

Segundo Piaget, o desenvolvimento se dá em quatro períodos: sensório-motor (até 2 anos), pré-operatório (de 3 a 7 anos), operatório concreto (de 8 a 11 anos) e operatório formal (a partir de 12 anos).

Quatro fatores e suas interações são necessários para o desenvolvimento: maturação, experiência ativa, interação social e equilíbrio.

O primeiro estágio de desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget está em sua essência como uma criança interage com o mundo. Seus sentidos lhe fornecem todas as informações sobre o mundo, e seu desejo de explorar é a base de seu desenvolvimento intelectual.

Segundo Piaget, a aprendizagem ocorre quando há acomodação. “A mente, por ser uma estrutura (cognitiva), tende a funcionar em equilíbrio, o que aumenta o grau de ordem interna e adaptabilidade à natureza.

Técnicas cognitivas – são estruturas mentais capazes de combinar, perceber, interpretar e classificar dados do ambiente – conhecimentos adquiridos. Medir - inserir e processar atualizações não programáticas (múltiplas alterações - alterações de conteúdo). Espaço vital - design de interiores.

Seu objetivo é estudar a evolução do pensamento desde a infância até a adolescência, buscando compreender os métodos mentais que o ser humano utiliza para ver o mundo. Particularidades relacionadas ao(s): Estágio(s) do desenvolvimento que as crianças/adolescentes se encontram, segundo Piaget;

Estágio operatório-concreto (7 a 11/12 anos):

Jean Piaget propõe uma abordagem construtivista, que visa entender o desenvolvimento individual. Seus estudos tiveram um grande impacto no campo da Educação, apesar de não terem o objetivo de elaborar uma teoria sobre aprendizagem. Portanto o método psicogenético de Piaget, com foco especial no período operatório concreto, abrange crianças de 7 a 12 anos. Espera-se que esta análise contribua para a ampliação desse tema, além de fornecer aos professores uma base sobre as características dessa faixa etária, permitindo-lhes melhorar sua prática pedagógica.

Nessa fase, as crianças apresentam maior capacidade de pensar soluções mentais para problemas reais. As informações que receberam até aqui começam a se conectar num raciocínio mais lógico, que considera vários aspectos ao mesmo tempo

Os 4 estágios do desenvolvimento cognitivo infantil segundo Piaget

Estágio sensório-motor (0 a 2 anos)

Estágio pré-operacional ou simbólico (2 a 7 anos)

Estágio operatório-concreto (7 a 11/12 anos)

Estágio operatório-formal (a partir de 12 anos)

## 2. Informações sobre outro teórico Vygotsky :

Conforme Vigotski, a consciência é objeto de estudo de diversas disciplinas. Outra perspectiva é analisá-la levando em conta seu impacto no processo de desenvolvimento, sobretudo nos seres humanos. Vamos explorar essas duas abordagens das origens até o seu impacto no progresso: questões que surgem.

Quando Vygotsky afirma que o essencial para o estudioso do crescimento infantil não é o ambiente em si, mas a forma como ele influencia nesse crescimento, ele está abordando questões que podem suscitar dúvidas no leitor sobre suas ideias.

Como primeiro passo para compreender como Vygotsky surgiu com a zona subjetiva de desenvolvimento proximal, é importante e necessário compreender por que alguém iria querer fazer tal avaliação. Lembremos que Vygotsky estava interessado em estabelecer uma base teórica para uma intervenção pedagógica adequada, que incluísse princípios para um possível agrupamento instrucional de crianças e a identificação de intervenções específicas para cada criança. As intervenções devem basear-se em procedimentos diagnósticos com uma compreensão interpretativa do estado atual de desenvolvimento da criança. Nessa perspectiva, não é aceitável

ter apenas indicadores ou sintomas (fatores relevantes) do desenvolvimento psicológico; é necessária uma compreensão teórica do processo de desenvolvimento de uma pessoa. “Um diagnóstico verdadeiro deve fornecer explicação, previsão e justificativa científica para a prescrição real” (Vygotsky, 1998b, p. 205).

Caso a intenção de Vygotsky fosse aplicar o conceito a todas as formas de aprendizagem, então por que não chamá-lo de zona de aprendizagem iminente? Por que o termo desenvolvimento está presente no conceito? A escolha das palavras não foi por acaso. Em diversas de suas obras, Vygotsky examinou como as tradições psicológicas existentes entendiam a relação entre aprendizagem e desenvolvimento (1987, p. 194-201; 1935b, 1935d, 1982b) e chegou à conclusão de que há conexão, mas não identidade entre aprendizagem e processos internos de desenvolvimento (Vygotsky, 1982d, p.123). Ele diferencia o ensino voltado para o desenvolvimento global [da criança] do ensino de habilidades técnicas e especializadas como digitação ou andar de bicicleta" (p.212). Em resumo, o conceito de zona de desenvolvimento iminente não se restringe ao desenvolvimento de habilidades específicas de uma determinada tarefa, mas sim deve estar associada ao desenvolvimento em si.

### 3-Bullying

No Brasil, o interesse pela pesquisa sobre bullying é relativamente recente e são necessários esforços para compreendê-lo e propor intervenções mais condizentes com a realidade do país.

Quanto à saúde emocional e ao bem-estar de estudantes e professores no ambiente escolar, Palácios e Rego (2006) conduziram uma análise bibliográfica com o intuito de destacar o bullying não apenas como um problema estudantil simples, mas sim como um fenômeno que envolve a dinâmica entre educadores e alunos.

De acordo com Fante (2003, 2005) e Lopes Neto (2005), os agressores do bullying são chamados de autores agressores. Já as vítimas, as pessoas que sofrem as consequências do bullying, são descritas como pouco sociáveis, inseguras, com baixa autoestima, tímidas e reagem pouco aos atos de agressão. Segundo Lopes Neto (2005), Pizarro e Jiménez (2007) e Ramírez (2001).

Segundo Tognetta (2005), considerando a situação de praticantes e alvos de bullying, ambos necessitam de suporte. As vítimas enfrentam a degradação de sua autoestima e autoimagem, enquanto os agressores também carecem de assistência, pois sofrem uma séria deterioração de seus princípios e, por conseguinte, de seu desenvolvimento emocional e ético.

Apesar da amplitude e das influências desse problema, ele tem sido muitas vezes ignorado socialmente, uma vez que alguns adultos o veem como algo inevitável no ambiente escolar, chegando até a considerá-lo parte do processo de transição para a vida adulta (Freire et al., 2006; Lopes Neto, 2005; Mascarenhas, 2006; Pizarro & Jiménez, 2007). O bullying e a vitimização são processos de extrema complexidade que ocorrem no contexto das relações sociais, frequentemente no ambiente escolar, podendo intensificar progressivamente a situação, com repercussões severas a médio e longo prazo para todos os envolvidos.

Segundo Pereira (2002) e Pizarro e Jiménez (2007) para um indivíduo ser caracterizado como vítima é necessário que o mesmo tenha sofrido de três a seis ataques no mínimo, em um mesmo período do ano, e que estes ataques apresentem um caráter de intencionalidade e repetição.

#### 4-INCLUSÃO

A inclusão social está bem estabelecida no mundo ocidental, especialmente desde a década de 1980, e tornou-se uma força motriz por trás de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos, já na década de 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência foi elencada como um dos direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. As sociedades democráticas começaram gradualmente a promover, discutir e defender a inclusão como um direito de todos nos diferentes espaços sociais.

Neste artigo, a inclusão social é entendida como a participação ativa em diversos grupos sociais, e a deficiência é entendida como qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função corporal (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA..., 2003), incluindo funções psicológicas. Os sectores da Cultura, Educação e Lazer actuarão como mediadores para uma inclusão social mais ampla, levantando e analisando questões relacionadas com as pessoas com deficiência.

A educação inclusiva assegura, por determinação legal, o direito de receber todos os alunos, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sociais, emocionais,

linguísticas, entre outros. Este estudo em questão é uma revisão integrativa que examinou o conteúdo de artigos brasileiros publicados entre janeiro de 2011 e abril de 2016, com o objetivo de identificar os pontos positivos e negativos do processo de inclusão escolar no Brasil sob a perspectiva dos educadores.

### 5-Sexualidade e Gênero

As práticas historicamente construídas continuam: a abordagem dos professores de ciências aos aspectos biológicos da sexualidade (sistema reprodutivo, reprodução, doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos), mantendo um "currículo de sexualidade oculto", "ensinando a normalização da expressão de gênero, modelando o sexo oposto reprodutivo parceiros, famílias nucleares, hierarquias de gênero, exclusão de diferentes orientações sexuais, etc." (BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 180), contribuem para a reprodução de preconceitos e discriminações relacionadas ao sexo e à diversidade sexual.

O mesmo cenário traz assim consigo a possibilidade de transformação: uma revisão e mudança do significado da sexualidade, do gênero e da diversidade sexual para os professores de ciências e as suas práticas educativas.

A sexualidade humana não se limita a corpos que permitem a reprodução, a gravidez, a doença e a prevenção de doenças.

Sexo e gênero fazem parte do gênero, gênero é a construção social do sexo anatômico, que por sua vez diferencia os aspectos biológicos da sociedade. Se o homem ou a mulher são determinados pela anatomia, então o comportamento masculino ou feminino é o resultado da cultura e da realidade social.

Neste sentido, conforme necessário, é necessário distinguir entre:  
corpo, fertilidade, diferenças de vida entre homens e mulheres;  
como ser homem e mulher, o sentimento de pertencer a um sexo ou a outro;  
concentra-se nas emoções, atração, desejos e sonhos, apegos emocionais, relacionamentos interpessoais, relacionamentos básicos. (BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009, p. 118).

A forma de lidar com a questão de sexo, gênero e diversidade sexual nas escolas precisa contribuir para esse processo de formação humana, que é muito importante para “destruir os estereótipos e estereótipos criados na sociedade, criando uma pessoa consciente do social”.

Relacionamentos que ele ou ela enfrenta.”, principalmente se você considerar isso como alguém na puberdade” (MAIA et al., 2012, p. 152).

A defesa não visa apenas a abordagem da sexualidade dos professores de Ciências, mesmo derrotada pelas ideias biológicas, mas também reconhecer que o espaço que esta ocupa na abordagem deste tema pode e deve ser um lugar de questionamento, sentido e sentido, é heteronormativo e racista.

Assim, surge uma questão urgente para o ensino e a investigação em ensino de Ciências: o reconhecimento de definições e explicações que sustentem o método de investigação do tema do gênero e clarifiquem as definições. Um novo significado é introduzido na discussão sobre gênero e diversidade de gênero.

### **Como evitar o Bullying?**

Muitos projetos têm sido criados na tentativa de combater o bullying, e conscientizar as pessoas, não só no ambiente escolar, mas em todos os lugares.

Um dos programas que foi criado para o combate ao bullying é o Programa Educar para a Paz, Fante (2005) fala que é importante os valores humanos, a solidariedade e a tolerância, a autora acredita que as pessoas podem sim resolver seus conflitos de uma forma que não seja violenta, as propostas do programa são bem interessantes e um dos exemplos é a conscientização para os alunos que já passaram por isso e já sabem como é e como é ruim, e isso leva eles a pensar nas emoções que tiveram e quais os motivos pelo qual ocorreu o bullying; com esse programa as pessoas aprendem a ter a empatia que faz eles perceberem os sofrimentos e complicações que são geradas pelos comportamentos agressivos, à partir disso eles aprendem a transformar toda violência em paz.

Fante (2005) fala que é necessário aumentar a supervisão em todos os espaços das escolas, talvez aumentando o número de funcionários seria uma ideia ótima, contratando pessoas que supervisione todos para que não ocorra nada, a autora também dá uma outra opção que é o disque- denúncia, que disponibiliza um meio pela qual a vítima denuncie seu agressor pelo telefone, esse meio de comunicação não seria disponibilizada somente para o aluno mas também para a família que às vezes precisa de um apoio de uma orientação ou diálogo sobre situações que possam ter acontecido ou comportamentos diferentes dentro de casa, que possam ter haver com o bullying.

Outra sugestão do Programa Educar para a Paz é que a escola tente de algum jeito fazer com que os alunos dê informações sobre seus sentimentos e o que está sentindo, propondo até que eles façam meio que uma redação como se fosse um "desabafo", falando sobre sua rotina, suas experiências que já passou na escola, se sofre algum tipo de maus-tratos, e se acontece esse maus-tratos como que acontece, quem são os agressores, enfim, tudo o que acharem que é necessário para pegar o máximo de informações possíveis, e com isso fica mais fácil saber o que abordar com o aluno.

É importante a escola acompanhar e saber como é a convivência familiar dos alunos para tentar descobrir o porquê o aluno tem esses comportamentos inadequados na escola, o combate ao bullying não é somente na escola, e sim em vários outros ambientes. Silva (2010) comenta que é preciso agir rápido para que as pessoas não se acostumem com a agressividade porque muitos ainda acham que tudo se resolve com violência mas está totalmente errado, o combate ao bullying é bem complexo e nada fácil, que exige a junção de várias coisas para conseguir um bom resultado e tentar evitar o bullying. Nas últimas décadas inventaram muitos programas e projetos que ajudam contra o bullying, e todos eles com o mesmo objetivo, que é diminuir esse tipo de violência e fazer com que menos pessoas sofram com isso, e além dos projetos e programar, existem vários outros meios que são campanhas, leis, debates, podcasts, e vários outros meios de conscientização.

No dia 6 de novembro de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.185, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, que é um programa de combate ao bullying, essa lei descreve suas características e traz algumas medidas, apresentando os seguintes artigos:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no caput poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (*bullying*) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

- I. - Ataques físicos;
- II. - Insultos pessoais;
- III. - Comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV - Ameaças por quaisquer meios;
- IV - Grafites depreciativos;
- V. - Expressões preconceituosas;
- VI. - Isolamento social consciente e premeditado; VIII - Pilhérias. (BRASIL, 2015.).

#### 1 - OBJETIVO GERAL

- (a) Realizar promoção da saúde mental, assim como prevenção e intervenção contra o Bullying, com crianças/ adolescentes de 7 a 10 anos, matriculados na Emef Sempre Viva da terceira série do ensino Fundamental, a partir de demanda confirmada pela escola.
- (b) Desenvolver a complexa relação de igualdade/diferenças, que envolve o entendimento e a elaboração de tais políticas, para o ajuste dos princípios da educação.

#### 2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar particularidade do público, com base na teoria de Piaget e de Vygotsky. Favorecer a sensibilização, oportunidade de reflexão e possíveis ajustes no comportamento interativo entre as crianças/ adolescentes/ docentes considerando a temática do Bullying.

### **3. JUSTIFICATIVA**

O bullying é um fenômeno que ocorre mundialmente , repetidamente e durante um longo período de tempo, causando grandes prejuízos aos alunos. .

Os funcionários escolares treinados são responsáveis por intervir no tratamento e prevenção do bullying, tomando medidas específicas em cada caso e tratando o incidente como uma combinação de características da sociedade, da família, da escola e do indivíduo e por este motivo é de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Na escola que visitamos foi desenvolvido uma ação psicoeducativa para ampliar a conscientização sobre bullying e seus impactos entre estudantes da comunidade escolar, orientando docentes e funcionários para que sejam capazes de identificar e responder às situações de bullying, abordando a importância das habilidades sócio-emocionais para as interações humanas. fornecer apoio às vítimas criando espaços de acolhimento psicológico para suporte e enfrentamento.

Foi desenvolvido também um material psicoeducativo em forma de cartilha para ser compartilhado com a gestão da instituição escolar escolhida neste trabalho.

Além da ação psicoeducacional de conscientização na escola sobre o bullying, este trabalho serviu para desenvolvermos a prática de intervenção na escola de um profissional de psicologia, adquirindo a experiência de interação com crianças e professores, aprendendo a adaptar a linguagem da informação do tema tão complexo que é o bullying para que seja compreendido pelos alunos, pais, docente e todos aqueles que estejam envolvidos no processo de educação infantil.

## **4. OBJETIVO**

### **Bullying**

No Brasil, o interesse pela pesquisa sobre bullying é relativamente recente e são necessários esforços para compreendê-lo e propor intervenções mais condizentes com a realidade do país.

Como referências importantes, vale citar Fante (2003, 2005), que realizou pesquisas sobre bullying em cidades do interior do estado de São Paulo, e Lopes Neto (2005), que realizou pesquisas em conjunto com a Associação Brasileira de Proteção à Criança e Adolescentes (ABRAPIA) desenvolveu o Programa de Redução de Comportamentos Agressivos em Escolares, que atende mais de 5.500 alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª série da cidade do Rio de Janeiro, investigando as características desse tipo de comportamento, além de sistematizar estratégias para intervir e reduzir a agressividade em crianças em idade escolar.

Quanto à saúde emocional e ao bem-estar de estudantes e professores no ambiente escolar, Palácios e Rego (2006) conduziram uma análise bibliográfica com o intuito de destacar o bullying não apenas como um problema estudantil simples, mas sim como um fenômeno que envolve a dinâmica entre educadores e alunos.

Por ser a escola uma instituição que reflete a organização social, é imprescindível que se considerem os indivíduos que dela participam a partir de sua inserção no contexto mais amplo da organização. Um trabalho eficiente em Psicologia Escolar/Educacional deve partir da análise da instituição, levando em consideração o meio no qual se encontra, o tipo de demanda que atende e os diversos agentes envolvidos (Andaló, 1984).

De acordo com Fante (2003, 2005) e Lopes Neto (2005), os agressores do bullying são chamados de autores agressores. Já as vítimas, as pessoas que sofrem as consequências do bullying, são descritas como pouco sociáveis, inseguras, com baixa autoestima, tímidas e reagem pouco aos atos de agressão. Segundo Lopes Neto (2005), Pizarro e Jiménez (2007) e Ramírez (2001).

Segundo Tognetta (2005), considerando a situação de praticantes e alvos de bullying, ambos necessitam de suporte. As vítimas enfrentam a degradação de sua autoestima e auto-imagem, enquanto os agressores também carecem de assistência, pois sofrem uma séria deterioração de seus princípios e, por conseguinte, de seu desenvolvimento emocional e ético.

Apesar da amplitude e das influências desse problema, ele tem sido muitas vezes ignorado socialmente, uma vez que alguns adultos o veem como algo inevitável no ambiente escolar, chegando até a considerá-lo parte do processo de transição para a vida adulta (Freire et al., 2006; Lopes Neto, 2005; Mascarenhas, 2006; Pizarro & Jiménez, 2007). O bullying e a vitimização são processos de extrema complexidade que ocorrem no contexto das relações sociais, frequentemente no ambiente escolar, podendo intensificar progressivamente a situação, com repercussões severas a médio e longo prazo para todos os envolvidos

Segundo Pereira (2002) e Pizarro e Jiménez (2007) para um indivíduo ser caracterizado como vítima é necessário que o mesmo tenha sofrido de três a seis ataques no mínimo, em um mesmo período do ano, e que estes ataques apresentem um caráter de intencionalidade e repetição.

### **Medidas preventivas**

Para prevenir e combater o bullying ou qualquer outro tipo de violência que ocorra no ambiente escolar, não se deve contar com programas fechados e prontos, pois cada escola tem suas realidades específicas e diferentes relações estabelecidas entre seus integrantes. Portanto, o bullying se manifesta de diferentes formas em diferentes contextos e não deve ser avaliado de forma descontextualizada.

Diante disso, a atuação dos psicólogos escolares/educacionais no combate ao bullying deve basear-se em recomendações preventivas que busquem compreender, analisar e intervir nas realidades escolares, levando em consideração as especificidades de cada instituição (Marinho-Araujo & Almeida, 2008).

Os estudantes perpetradores devem ter condições para desenvolver comportamentos mais gentis e saudáveis e evitar o uso de ações puramente punitivas, como suspensão ou exclusão do ambiente escolar, o que acaba por marginalizá-los.

Aprender a identificar o comportamento do aluno que está sofrendo o bullying calado, perceber e monitorar as habilidades ou possíveis dificuldades que possam ter os jovens em seu convívio social com os colegas passa a ser atitude obrigatória daqueles que assumiram a responsabilidade pela educação, saúde e segurança de seus alunos, pacientes e filhos.

Enquanto o trabalho do psicólogo escolar/educacional começou como clínico, identificando alunos com dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais e de

personalidade, atualmente o trabalho do profissional toma novos rumos e se concentra cada vez mais nos aspectos sociais (Del Prette & Del Prette, 1996).

A atuação do psicólogo escolar/educacional exige capacidade de analisar e compreender as múltiplas relações dentro da instituição escolar e dos agentes nela envolvidos, além de identificar necessidades e possibilidades de melhoria dessas relações. Portanto, os profissionais da psicologia devem enfrentar desafios que abordem a complexidade dos processos interativos que ocorrem nas escolas (Del Prette & Del Prette, 1996).

Todos os programas anti-bullying devem considerar as escolas como sistemas dinâmicos e complexos que não podem ser generalizados. Em cada país, as estratégias desenvolvidas devem sempre ter em conta as características sociais, económicas e culturais da sua população.

O envolvimento de professores, funcionários, pais e alunos é fundamental para a implementação de programas de redução do bullying. A participação de todos visa estabelecer padrões, diretrizes e ações consistentes. A acção deve dar prioridade à sensibilização geral; apoiar as vítimas de bullying para que se sintam protegidas;

O fenómeno do bullying é complexo e difícil de resolver, e o trabalho precisa de ser continuado.

Deve-se encorajar os alunos a participarem ativamente da supervisão e intervenção dos atos de *bullying*, pois o enfrentamento da situação pelas testemunhas demonstra aos autores que eles não terão o apoio do grupo. Treinamentos através de técnicas de dramatização podem ser úteis para que adquiram habilidades para lidar de diferentes formas. Uma outra estratégia é a formação de grupos de apoio, que protegem os alvos e auxiliam na solução das situações de *bullying*

Os alunos devem ser encorajados a participar ativamente na monitorização e intervenção no bullying, uma vez que os confrontos com testemunhas indicam aos perpetradores que não terão o apoio do grupo. O treinamento por meio de técnicas de dramatização os ajuda a adquirir a capacidade de lidar com diferentes maneiras. Outra estratégia é formar um grupo de apoio para proteger o alvo e ajudar a resolver a situação de bullying

Nessa perspectiva, os profissionais de psicologia devem iniciar seu trabalho mapeando as instituições para compreender como se estabelecem as relações, os conflitos existentes e as contradições institucionais que podem gerar questões de pesquisa (Marinho-Araujo & Almeida, 2008).

O mapeamento permite aos profissionais compreender a realidade da escola, suas características culturais, sociais e psicológicas, e as relações que se estabelecem entre os membros da instituição e entre a instituição, as famílias e a comunidade, compreendendo assim o panorama geral de como se dão as relações. dentro e ao redor da instituição (Marinho-Araujo & Almeida, 2008; Ortega & Del Rey, 2002).

Pode ser caracterizada por ações preventivas e/ou interventivas por meio da atuação consciente sobre os problemas existentes e do desenvolvimento de competências e capacidades de toda a comunidade escolar (Marinho-Araujo & Almeida, 2008).

Os professores devem lidar e resolver com eficácia os casos de bullying, enquanto as escolas devem melhorar as técnicas de intervenção e procurar a colaboração de outras agências, como centros de saúde, conselhos tutelares e redes de apoio social .

Elaborar materiais educativos e informativos para a comunidade escolar;

- Distribuir esses recursos nas escolas;
- Promover capacitações para educadores e membros da comunidade escolar;
- Organizar espaços de escuta para que a comunidade compartilhe suas experiências sobre o assunto;
- Estabelecer diálogo com autoridades públicas, especialmente o Sistema de Justiça e órgãos de Educação, visando fomentar a criação de um protocolo de prevenção e encaminhamento embasado nos direitos humanos, contrapondo à militarização.

## **5. INCLUSÃO ESCOLAR**

Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. Algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nesse sentido, ao proporem mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los.

Com a intenção de explorar esse debate sobre inclusão e escolaridade, mais do que avaliar os argumentos contrários e favoráveis às políticas educacionais inclusivas, é abordada nesta pesquisa, a complexa relação de igualdade- diferenças, que envolve o entendimento e a elaboração de tais políticas e de todas as iniciativas visando à transformação das escolas, para se ajustarem aos princípios inclusivos da educação.

### **A Questão Igualdade – Diferenças**

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. A inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial regular.

Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente.

Para instaurar uma condição de igualdade nas escolas não se concebe que todos os alunos sejam iguais em tudo, como é o caso do modelo escolar mais reconhecido ainda hoje. Temos de considerar as suas desigualdades naturais e sociais, e só estas últimas podem e devem ser eliminadas. Se a igualdade traz problemas, as diferenças podem trazer muito mais.

As políticas educacionais atuais confirmam em muitos momentos o projeto igualitarista e universalista da Modernidade. O discurso da Modernidade estendeu suas precauções contra o imprevisível, à ambigüidade e demais riscos à ordem e a unicidade, repetindo que todos são iguais, todos são livres, mas um “todos” padronizados, dentro de seus pressupostos disciplinadores.

Esse discurso sustenta a organização pedagógica escolar e, por seus parâmetros, o aluno diferente desestabiliza o pensamento moderno da escola, na sua ânsia pelo lógico, pela negação das condições que produzem diferenças, que são as, atrizes da nossa identidade.

A diferença propõe o conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a impossibilidade do cálculo, da definição, a multiplicidade incontável e infinita. Se ela é recusada, negada, desvalorizada, há que assimilá-la ao igualitarismo essencialista e, se aceita e valorizada, há que mudar de lado e romper com os pilares nos quais a escola tem se firmado até agora.

Em Uma teoria da justiça (2002, p.108), Rawls opõe-se às declarações de direito do mundo moderno, que igualaram os homens em seu instante de nascimento e estabeleceram o mérito e o esforço de cada um como medida de acesso e uso dos bens, recursos disponíveis e mobilidade social.

Na mesma direção das propostas escolares inclusivas, o referido autor defende que a distribuição natural de talentos ou a posição social que cada indivíduo ocupa não são justas nem injustas. O que as torna justas ou não são as maneiras pelas quais as instituições fazem uso delas.

A esse propósito é fundamental a contribuição de Joseph Jacotot. Ele nos trouxe um olhar original sobre a igualdade. Ele afirmava que a igualdade não seria alcançada a partir da desigualdade, como se espera atingi-la, até hoje, nas escolas; acreditava em uma outra igualdade, a igualdade de inteligências.

Em outras palavras, a emancipação da inteligência provisória dessa igualdade da capacidade de aprender, que vem antes de tudo e é ponto de partida para qualquer tipo ou nível de aprendizagem. Segundo Jacotot, a igualdade não é um objetivo a atingir, mas um ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância.

A escola insiste em afirmar que os alunos são diferentes quando se matriculam em uma série escolar, mas o objetivo escolar, no final desse período letivo, é que eles se igualem em conhecimentos a um padrão que é estabelecido para aquela série, caso contrário serão excluídos por repetência ou passarão a frequentar os grupos de reforço e de aceleração da aprendizagem e outros programas embrutecedores da inteligência.

A indiferença às diferenças está acabando, passando da moda. Nada mais desfocado da realidade atual do que ignorá-las. Mas é preciso estar atento, pois combinar igualdade e diferenças no processo escolar é andar no fio da navalha. O certo, porém, é que os alunos jamais

deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças, seja nas escolas comuns, seja nas especiais.

Fazer valer o direito à educação no caso de pessoas com deficiência O ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos. A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Artigos, livros, palestras que tratam adequadamente do tema insistem na transformação das práticas de ensino comum e especial para a garantia da inclusão. Há apoio legal suficiente para mudar, mas só temos tido até agora, muitos entraves nesse sentido: a resistência das instituições especializadas a mudanças de qualquer tipo; a neutralização do desafio à inclusão por meio de políticas públicas que impedem que as escolas se mobilizem para rever suas práticas homogeneizadoras, meritocráticas, condutistas, subordinadas e, em consequência, excludentes; o preconceito, o paternalismo em relação aos grupos socialmente fragilizados, como o das pessoas com deficiência.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 96) deixa claro que o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis, da escola básica ao ensino superior.

Se ainda não é do conhecimento geral, é importante que se saiba que as escolas especiais complementam e não substituem a escola comum. As escolas especiais se destinam ao ensino do que é diferente da base curricular nacional, mas que garante e possibilita ao aluno com deficiência a aprendizagem desses conteúdos quando incluídos nas turmas comuns de ensino regular; oferecem atendimento educacional especializado, que não tem níveis de seriações, certificações.

Nossa obrigação é fazer valer o direito de todos à educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos com e sem deficiência deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem

– como é próprio das escolas especiais.

O que falta às escolas especiais é o ambiente apropriado de formação do cidadão. Se a inclusão for uma das razões fortes de mudanças, temos condições de romper com os modelos conservadores da escola comum brasileira e iniciar um processo gradual, porém firme, de redirecionamento de suas práticas para melhor qualidade de ensino para todos.

Muitas escolas, tanto comuns como especiais, já estão assegurando aos alunos com deficiência o atendimento educacional especializado, em horário diferente do da escola comum.

O processo de transformação da escola comum é lento, para que haja um processo de mudança. Cujo movimento ruma para novas possibilidades para o ensino comum e especial, há que existir uma ruptura com o modelo antigo da escola. Em resumo, a inclusão não pode mais ser ignorada. Ela está tão presente que motiva pressões descabidas, que pretendem nos desestabilizar a qualquer custo.

Atendimento Escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade, particularmente nas sociedades complexas do século XXI. Assim, neste século em que o próprio conhecimento e nossa relação com ele mudaram radicalmente, não se justifica que por parte expressiva da sociedade continue apegada à representação da escola transmissora de conhecimentos e de valores fixos e inquestionáveis.

A partir de meados da década de 1990, a escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes comuns está na pauta da legislação brasileira sobre educação, nos debates e nas publicações acadêmicas. No plano ético e político, a defesa de sua igualdade de direitos, com destaque para o direito à educação, parece constituir-se um consenso.

Atualmente coexistem pelo menos duas propostas para a educação especial: uma, em que os conhecimentos acumulados sobre educação especial, teóricos e práticos, devem estar a serviço dos sistemas de ensino e, portanto, das escolas, e disponíveis a todos os professores, alunos e demais membros da comunidade escolar; outra, em que se deve configurar um conjunto de recursos e serviços educacionais especializados, dirigidos apenas à população escolar que apresente solicitações que o ensino comum não tem conseguido contemplar.

O planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re) definição dos papéis da educação especial e do lugar do atendimento desse alunado.

Princípios, concepções e relações entre inclusão e integração escolar. É importante salientar que mudanças na educação brasileira, nessa perspectiva, dependem de um conjunto de ações em nível de sistema de ensino que tem que se movimentar a fim de garantir que todas as unidades que o compõem ultrapassem o patamar em que se encontram.

No Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, foram estruturadas propostas de atendimento educacional para pessoas com deficiência. A integração escolar tinha como objetivo “ajudar pessoas com deficiência a obter uma existência tão próxima ao normal possível, a elas disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próximas às normas e padrões da sociedade”.

Com o objetivo de contrapor este modelo, a meta na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem. Nesse caso, as limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim, não pode ser desprezada na elaboração dos planejamentos de ensino. A ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades, culminando com a construção de alternativas para garantir condições favoráveis à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige uma ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino.

Sem desprezar os embates atuais sobre educação inclusiva a proposta de atender a alunos com necessidades educacionais especiais nas classes implica atentar para mudanças no âmbito dos sistemas de ensino, das unidades escolares, da prática de casa profissional da educação em suas diferentes dimensões e respeitando suas particularidades.

Para a implantação do referido atendimento educacional especializado, a LDB prevê serviços especializados e serviços de apoio especializados e assegura “recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns...”

Se as imagens da educação inclusiva, da educação especial, bem como a população elegível para o atendimento educacional especializado, os tipos de recursos educacionais

especiais e locais de atendimento escolar do referido alunado ainda levanta questionamento conceitual para que não restem dúvidas quanto às diretrizes da política educacional brasileira a serem seguidas, é inegável que o atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais deve ser universalizado, que os sistemas de ensino precisam responder melhor às demandas de aprendizagem desses alunos, que aos professores deve ser garantida a formação continuada, entre outras ações. As condições de atendimento escolar para os estudantes com necessidades educacionais especiais no Brasil

A política educacional brasileira tem deslocado progressivamente para os municípios parte da responsabilidade administrativa, financeira e pedagógica pelo acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais, em decorrência do processo de municipalização do ensino fundamental. Com isso, em alguns estudos, tem indicado que a tendência dos municípios brasileiros é pela organização de auxílios especiais, sob diferentes denominações e com estrutura e funcionamento distintos.

Cabe registrar que há ausência de dados sobre quantas pessoas no Brasil apresentam de fato necessidades educacionais especiais. Quanto ao apoio pedagógico oferecido a alguns desses alunos matriculados nas classes comuns, não há declaração sobre o tipo de apoio, sua frequência, que profissionais prestam esse atendimento e qual sua formação, divulgados em publicações oficiais atuais.

Uma ação que deve marcar as políticas públicas de educação é a formação dos profissionais da educação. Nesse sentido Xavier (2002, p.19) considera que: a construção da competência para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor da transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização.

“... O primeiro equívoco que pode estar associado a essa ideia é o de que alguns vão para a escola para aprender e outros unicamente para se socializar. Escola é espaço de aprendizagem para todos...”.

Cabe ressaltar que o conjunto de questionamentos e idéias apresentadas nesta obra reflete algumas das inquietações que podem resultar da análise das normatizações em vigência para a educação brasileira. Essas normatizações, por permitirem, tal como estão elaboradas, diferentes desdobramentos na sua implantação, indicam a necessidade de ampliarmos o debate e investirmos em produções de registros que avaliem o atual perfil das políticas públicas de atendimentos a alunos com necessidades educacionais especiais. Precisamos de mais estudos sobre os impactos das ações no âmbito dos sistemas de ensino, e que estes orientem também os programas de formação continuada de professores.

Por fim, uma das constatações possíveis neste momento da reflexão é que nossas tarefas ainda são inúmeras, mas devemos identificar prioridades, denunciar ações reprodutoras de iguais atitudes sociais para com essas pessoas, acompanhar ações do poder público em educação, cobrar compromissos firmados pelos governantes em suas campanhas eleitorais e em seus planos de governo, além de ampliar e sedimentar espaços de participação coletiva e juntar forças para resistir e avançar na construção de uma sociedade justa, cujos valores humanos predominem sobre os de mercado.

O que se deve evitar é “...o descompromisso do poder público com a educação e que a inclusão escolar acaba sendo traduzida como mero ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns”.

Dois grandes desafios de imediato estão colocados para os sistemas de ensino e para a sociedade brasileira:

- 1- fazer que os direitos ultrapassem o plano do meramente instituído legalmente
- 2- construir respostas educacionais que atendam as necessidades dos alunos.

As mudanças a serem implantadas devem ser assumidas como parte da responsabilidade tanto da sociedade civil quanto dos representantes do poder público, já que a educação escolar pode propiciar meios que possibilitem transformações na busca da melhoria da qualidade de vida da população.

A escola não pára nunca, por isso precisamos mudar com a escola em movimento. As salas de aula, por sua vez, são como pequenos organismos vivos dentro da escola. Cada classe

tem vida e personalidade próprias. Cada turma estabelece um 'clima' próprio que não pode ser negligenciado pelo professor que planeja suas aulas. O professor-educador deve conhecer cada um de seus alunos, aprender sobre a personalidade e clima de sua turma, entender sobre as relações de poder dentro da sala de aula, sobre as experiências, os interesses e os conflitos subjacentes às relações humanas que permeiam a convivência diária.

Neste ambiente educacional inclusivo com uma filosofia participativa e democrática, a criança, o adolescente e o adulto serão considerados seres humanos em sua integralidade e não pessoas com tragédias pessoais, mesmo quando existem tragédias insuperáveis em suas vidas, tais como, violência doméstica, abuso sexual, miséria, etc. Toda e qualquer pessoa nesta nova escola será vista como um ser em potencial para aprender, contribuir e se desenvolver plenamente até atingir a cidadania como tanto sonhou e lutou nosso saudoso Paulo Freire (1979). Ele nos mostrou que a inclusão não é uma utopia, mas uma possibilidade a ser realizada, desde que todos nós iniciemos uma luta contra nossos preconceitos e formas mais mascaradas de prática de exclusão.

Assim, não podemos pensar em inclusão sem atingirmos o âmago dos processos exclusionários tão inerentes à vida em sociedade. Reconhecer a exclusão, seja ela de qualquer natureza e tomar a forma que tomar, é no meu entendimento, o primeiro passo para nos movermos em direção à inclusão na sala de aula, na escola, na família, na comunidade ou na sociedade.

## 6. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória, explicativa e qualitativa, sendo também uma pesquisa – ação.

O desenvolvimento do trabalho foi retirado de artigos científicos .  
Relatório do feedback do Projeto Integrador sobre Bullying Intervenção Psicológica combate ao Bullying.

A intervenção foi realizada na E.M.E.F. Sempre Viva - R. Ester Claudine Teodoro, 13 - Jardim Jacira, Itapecerica da Serra - SP, 06864-170 A dinâmica na escola foi realizada pelas estudantes de Psicologia: Letícia, Rosangela, Vitória e Gabriela.

A sala tinha 28 crianças da 3º série do ensino fundamental. Idade de (7 a 10 anos) operatório concreto. período operatório concreto ocorre aproximadamente na faixa etária dos sete aos onze anos, e é caracterizado como sendo uma fase de transição entre a ação e as estruturas lógicas mais gerais, neste período, temos duas ordens de operações: as operações lógico-matemáticas e as operações infralógicas.

Foi elaborado um roteiro interativo e lúdico . Descrito abaixo :

### **Teatro a Diferença que nos Une**

-Letícia: boa tarde turminha sou a tia Lê, hoje vamos falar sobre um assunto diferente, sobre o bullying, a palavra inglesa ‘bully’ significa valentão, brigão, mas vamos falar sobre as diferenças o quanto é bom ser diferente, porque imagina se todos fossem iguais que sem graça seria não é mesmo ? Vocês já perceberam que todos nós somos diferentes? E quais são as nossas diferenças, que nos tornam especiais e valiosos? Vale a pena pensar um pouquinho sobre isso.

- Gabriela: É verdade galerinha, existem crianças com nariz igual ao da narizinho, e as pintinhas igual às gotas de chocolate bem parecida com o da Emília e torna ela linda e única. Olha só pra mim (estaremos de palhaço), e o meu narizinho é vermelhinho igual ao morango tão lindo né mesmo e essa cor me deixa tão feliz e meu amiguinho até me elogiam me fazendo sentir especial.

- Vitória: nossas diferenças servem para nos fazer entender que somos únicos, e que isso é muito legal! Porque imagina como seria chato né mesmo se todos nós fossem iguaizinhos.

- Letícia: vamos nos olhar aqui no espelho e ver quanto somos incríveis com as diferenças e felizes com sorrisos no rosto e é isso que te faz especial e querido. Para finalizar tenho uma dinâmica.

Todos olham para mim. E repetem o que eu vou falar. Ok ?

Há. Há . Hahahahahahaha (eles darão risada ) agradeça pela interação deles e orientem para o feedback e entrega da lembrancinha . FIQUEM DE OLHO! AMIGO SIM!!! BULLYING, NÃO!!

Na turma que fizemos a apresentação havia um aluno com diagnóstico TEA (Transtorno do Espectro Autista), e uma criança não verbal sem diagnóstico prévio.

Após a apresentação do teatro, que levou em média 20 minutos, fizemos uma roda com os alunos, onde as intermediadoras (alunas da faculdade) ficaram no meio simulando um trezinho da alegria com música de fundo para encantar os alunos, tempo de 15 minutos.

Trecho da Música ( **A Diferença É o Que Nos Une**) **Mundo Bita (10 minutos)**

Para ver melhor amigo use o coração

Enxergar o que é belo sem usar a visão

Pare pra escutar que no silêncio há uma canção

Deixa bater no peito o tambor da vibração

No decorrer da interação usamos um espelho onde as crianças se viam com mais amor e respeito , entendendo sua singularidade e sendo protagonista da sua própria história.

Material didático: Revista ilustrativa com imagens de inclusão social personalizada com o tema bullying, (revista de colorir).

Folder com palavras motivacionais e orientações sobre as práticas de Bullying.

Durante a dinâmica que ocorreu no pátio da escola (local amplo e arejado) ,fizemos o recolhimento do feedback por meio de um formulário.(segue link abaixo)

•[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc\\_YcidgDmMwsMpEC--OHW5aFtRj6WDsztrH-Oh1WvroVoww/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc_YcidgDmMwsMpEC--OHW5aFtRj6WDsztrH-Oh1WvroVoww/viewform)

tempo total de interação 50 a 60 minutos,

Material: Fantasias Coloridas simulando palhacinhas, nariz pintado de vermelho, cabelos com penteados malucos, pintinhas que simulavam (sardas) e coloridas, meia colorida ,pantufa infantil

(de gato) uma folha com um material espelhado que simula um espelho, (papel reflex espelhado) para garantir a segurança dos alunos.

Objetivo da Intervenção: Prevenir e conscientizar sobre a Temática do Bullying

Tipo de intervenção: Dinâmica grupal,teatral e roda de conversa.

1. Introdução (5 minutos)

2 - Apresentação da equipe e do tema (20 minutos)

3. Quebra-Gelo (10 minutos):

4. Técnica Principal (15 minutos aproximadamente):

Explicação detalhada da técnica que será aplicada.

5- Apresentação e Discussão e Encerramento ( 5 minutos)

6- Feedback (5 minutos)

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Houve participação satisfatória dos 28 alunos presentes, dentre eles, 1 aluno com diagnóstico (TEA) e um outro aluno não verbal sem diagnóstico de (TEA).

O Aluno com TEA(Transtorno espectro Autista) ficou disperso, mas na hora do Feedback se mostrou interessado para participar,

O aluno não verbal tentou enunciar algumas falas ( sim, não, rua) indicando com o dedo no computador suas respostas, demonstrando alegria na sua interação.

O grupo demonstrou seu encantamento com a forma lúdica apresentada e percebemos solidariedade por meio de seus comportamentos, na dinâmica do espelho todos riram ao se olhar,

Alguns alunos expressaram seus sentimentos, alegando já ter passado por algum tipo de Bullying

No feedback do forms só tivemos elogios (segue abaixo o link )

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sH0MHdjIq\\_qf2nK2gBLY0Dhc7wBW-Xzi4aTrePngvT6A/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sH0MHdjIq_qf2nK2gBLY0Dhc7wBW-Xzi4aTrePngvT6A/edit?usp=sharing)

De acordo com o Forms 90% dos alunos que participaram da intervenção sofrem ou já sofreram algum tipo de Bullying,

O bullying é uma intimidação que ocorre de forma sistemática ( ou seja de maneira agressiva intencional e repetitiva) pode ser através de uma forma física ou psicológica.

O Bullying também se distingue como método de exclusão e difamação. Um apelido pode desmoronar a auto-baixa estima de uma criança ou adolescente, causando traumas e às vezes essa prática de violência é utilizada no ambiente de trabalho, círculos religiosos e até mesmo na família.

Onde existe círculo social é passível deste comportamento que ocorre dentro de uma relação desigual de poder. Mas agora já existe a lei que criminaliza o bullying e o cyberbullying que foi sancionada este ano, a lei 14.811/2024, são medidas necessárias de proteção.

Caberá a equipe escolar e toda comunidade escolar desenvolver estratégias e ações práticas educativas para discutir e ampliar o tema Bullying nas escolas e conscientizar e reduzir atitudes violentas com discussões, dramatizações e abordagem cotidiana sobre este assunto.

O livro Conviver estudo voltado para a problemática do Bullying sugere o foco na convivência positiva e assim promover um ambiente escolar inclusivo com a participação da gestão escolar com comprometimento, esforço e tempo. O Manual sobre Bullying realizado pela CNJ é uma cartilha direcionada para os professores para identificar e solucionar problemas tão emergentes dentro dos espaços escolares de autoria da doutora Ana Beatriz Barbosa e Silva que retrata este comportamento chamado Bullying de forma clara e objetiva.

Promover discussões nas escolas é um meio de sensibilizar os educando sobre a necessidade de construção positiva do espaço escolar e com a participação de todos é possível construir espaços de convivência em que as pessoas possam ter empatia e melhorar as relações interpessoais.

Segundo Vygotsky, a interação é um modo importante de relacionamento interpessoal e quando as crianças interagem com outras pessoas, aprendem as relações sociais por meio da linguagem e do ambiente em que vivem.

A dinâmica do espelho possibilitou um momento de interação e troca de conhecimento.

O Âmbito e a cultura são fontes importantes de informação que ajudam a melhorar a base cultural das crianças.

Através do teatro representado, Vygotsky em sua teoria ressalta a importância que o meio contribui de forma significativa para a aprendizagem da criança.

Foi feito o levantamento prévio dos conhecimentos das crianças sobre o tema Bullying , neste momento trabalhamos a Zona de Desenvolvimento Real.

Para avançar para a Zona de Desenvolvimento Proximal que é o intervalo do indivíduo entre o saber e o não saber. Entre aquilo que a criança sabe e ainda não sabe,umas das teorias mais importantes defendidas por Vygotsky, o professor é um mediador de conhecimentos e responsável em ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal e potencializou o avanço da aprendizagem com a explicação sobre o Bullying.

Os professores assumem responsabilidades e fazem conexões importantes para abrir as portas do conhecimento e da aprendizagem das crianças para o mundo.

A atividade foi desenvolvida com a turma da faixa etária de 7 a 10 anos que segundo as pesquisas de Jean Piaget e seus estágios cognitivos de aprendizagem está na fase operatório concreto.

A criança precisa de materiais concretos para compreender e assimilar as novas aprendizagens.

É também nesta fase operatório concreto que a criança desenvolve suas habilidades matemáticas. Por isso a revistinha foi um importante material concreto para elucidar de forma lúdica a aprendizagem das crianças. E ainda segundo Vygotsky internalizar os seus conhecimentos.

## **8. CONCLUSÃO**

Com os resultados obtidos no projeto, o que se pode concluir?

De acordo com o comportamento observado e o feedback recebido dos participantes, chegamos às seguintes conclusões:

A escolaridade está associada à mobilidade social, ao melhor acesso a bens e serviços.

A inclusão propõe o tratamento desigual como forma de restaurar a igualdade que foi quebrada na educação especial regular.

Tanto a escola como o corpo docente devem conhecer os tipos e a natureza da violência, bem como as suas formas e manifestações. As escolas inclusivas visam garantir que todos os alunos recebam uma educação de qualidade num ambiente seguro e acolhedor.

Os alunos devem ser incentivados a participar no combate ao bullying, com formação na utilização de estratégias para adquirir competências para lidar com o mesmo de diferentes formas.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este tema é muito amplo e complexo, pois todos nós já vivenciamos alguma forma de Bullying ao longo da vida, desperta certos gatilhos quando relembramos determinadas situações, mas olhando para o grupo como um todo foi possível crescer e participar de forma significativa para lidar com esse problema.

A escola foi bem receptiva e acolhedora com as participantes da intervenção, sugeriram até repetição da apresentação para um grupo maior, trazendo satisfação e realização pessoal para cada integrante.

Encontramos facilmente artigos científicos para completar nossa tese e usamos nossa criatividade para desenvolver variáveis de forma lúdica.

## 10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

17

<https://pedagogiaaopedaletra.com/bullying-no-ambiente-escolar/>

[https://youtu.be/CRokAZi\\_RWM?feature=shared](https://youtu.be/CRokAZi_RWM?feature=shared)

- ✓ Neto AA, Saavedra LH. Diga NÃO para o *Bullying* Rio de Janeiro: ABRAPI; 2004.
- ✓ Debarbieux E, Blaya C. Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO; 2002.
- Artigo de Revisão • J. Pediatr. (Rio J.) 81 (5 suppl) • Nov 2005 •  
<https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700006>
- ✓ **SciELO: Bullying: comportamento agressivo entre estudantes**
- ✓ Pizarro, H. C., & Jiménez, M. I. (2007). Maltrato entre iguales en la escuela costarricense. *Revista Educación*, 31(1), 135-144.
- ✓ Pereira, B. O. (2002). *Para uma escola sem violência: Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças* Porto, Portugal: Imprensa Portuguesa.
- ✓ Mascarenhas, S. (2006). Gestão do *bullying* e da indisciplina e qualidade do bem-estar psicossocial de docentes e discentes do Brasil (Rondônia). *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7(1), 95-107.
- SOROKIN, P. A. *Sociedade, cultura e personalidade: sua estrutura e sua dinâmica*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOURAINE, A. *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VASH, C. *Enfrentando a deficiência: a manifestação, a psicologia, a reabilitação*. São Paulo: EDUSP: Pioneira, 1988.
- BARRETO, A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais** - livro de

conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)>.

Acesso em: 6 out. 2015.

» [http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)

• BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual.** Brasília, 1997.

• FREIRE, N.; HADDAD, F.; RIBEIRO, M. Construindo uma política de educação em gênero e diversidade. In: PEREIRA, M. E. et al. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2007. p. 15-16. Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>>.

Acesso em: 6 out. 2015.

» <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>

• LIRA, A.; JOFILI, Z. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niteroi, v.3,n.1,p.22-41,2010. Disponível em:

<<http://www.ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/view/105/104>>.

Acesso em: 15 jan. 2015.

» <http://www.ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/view/105/104>

e mais CAPÍTULO III: COMO PODEMOS COMBATER O BULLYING NAS ESCOLAS

6.1 Algumas Formas de Combate ao Bullying

6.2 A Lei Antibullying. Disponível em:

[https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-bullying-nas-escolas-precisamos-conhecer-para-combater.htm#indice\\_13](https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/o-bullying-nas-escolas-precisamos-conhecer-para-combater.htm#indice_13)

CSEI (2000) Index para a Inclusão, Centro de Estudos Sobre a Educação Inclusiva. Bristol, Inglaterra.

ONU (1989) Declaração Universal dos Direitos da Criança.NY.

UNESCO (1990) Declaração Mundial de Educação para Todos, UNESCO: Brasil. UNESCO

(1994) Declaração Mundial de Educação para Todos e Diretrizes de Ação para o Encontro das Necessidades Básicas de Aprendizagem,UNESCO: Brasil. UNESCO (1994) Formação de

professores: Necessidades especiais na Sala de Aula. UNESCO: Paris. (Traduzido pelo Instituto de Inovação Educacional do Ministério da Educação de Portugal).

MANTOAN, M. T. Egler, PRIETO, R. Gavioli, ARANTES V. Amorim (Org.).

*Inclusão escolar: pontos e contrapontos*, 1ed., São Paulo: Summus, 2006. (1ª. Parte)

CSEI (2000) Index para a Inclusão, Centro de Estudos sobre a Educação Inclusiva. Bristol, Inglaterra.

ONU (1989) Declaração Universal dos Direitos da Criança. NY.

UNESCO (1990) Declaração Mundial de Educação para Todos, UNESCO: Brasil.

UNESCO (1994) Declaração Mundial de Educação para Todos e Diretrizes de Ação para o Encontro das Necessidades Básicas de Aprendizagem, UNESCO: Brasil.

UNESCO (1994) Formação de professores: Necessidades especiais na Sala de Aula.

UNESCO: Paris. (Traduzido pelo Instituto de Inovação Educacional do Ministério da Educação de Portugal).

MANTOAN, M. T. Egler, PRIETO, R. Gavioli, ARANTES V. Amorim (Org.).

*Inclusão escolar: pontos e contrapontos*, 1ed., São Paulo: Summus, 2006. (1ª. Parte)

## 11. ANEXOS

### 1 - Forms

[Intervenção Psicológica Anti-Bullying \(google.com\)](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc_YcidgDmMwsMpEC--OHW5aFtRj6WDSztrH--Oh1WvroVoww/viewform)

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc\\_YcidgDmMwsMpEC--OHW5aFtRj6WDSztrH--Oh1WvroVoww/viewform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc_YcidgDmMwsMpEC--OHW5aFtRj6WDSztrH--Oh1WvroVoww/viewform)

📄 Intervenção Psicológica Anti-Bullying (respostas)

[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sH0MHdjIqqf2nK2gBLY0Dhc7wBW-Xzi4aTrePngvT6A/edit?usp=drive\\_link](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1sH0MHdjIqqf2nK2gBLY0Dhc7wBW-Xzi4aTrePngvT6A/edit?usp=drive_link)

2 - 📄 bullying folde.pdf

[https://drive.google.com/file/d/1KNZHfapag8d\\_ITOJUmap-aiM9rFnuyGU/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1KNZHfapag8d_ITOJUmap-aiM9rFnuyGU/view?usp=drive_link)

3 - 📄 Termo de consentimento .pdf

[https://drive.google.com/file/d/1DB\\_KaSJf12ordlZ8WyvEZbJuV1S2RYUP/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1DB_KaSJf12ordlZ8WyvEZbJuV1S2RYUP/view?usp=drive_link)

4 - 📄 CARTA DE INFORMAÇÃO AO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO.pdf

[https://drive.google.com/file/d/105QxemfoCJ1x6xVoet1ETSXU7Pckska1/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/105QxemfoCJ1x6xVoet1ETSXU7Pckska1/view?usp=drive_link)

5 - Espelho (papel reflex espelhado)



## 6 - Fantasia



## 7 - Fotos da lembrancinha personalizada livrinho para colorir

